



O IMPACTO DA CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE

THE IMPACT OF POLITICAL CORRUPTION ON SOCIETY

Por:

Karl Marx de Medeiros

E-Revista Facitec, v.5, n.1, Art.2, ago-dez 2010.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.facitec.br/erevista.



O IMPACTO DA CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE

THE IMPACT OF POLITICAL CORRUPTION IN SOCIETY

RESUMO

O presente trabalho vem oferecer elementos para a discussão da questão corrupção mediante desvio de recursos públicos e sua utilização econômica, discutindo a perspectiva de aumentar o controle sobre o patrimônio público. Diante da ampliação das organizações cuja finalidade é o desvio de recursos públicos e sempre se modernizando em suas práticas, atuantes em todas as áreas do setor público, é feito o resgate histórico da corrupção, ressaltando como atuam, os procedimentos utilizados com o apoio de servidores públicos e a conjugação de interesses públicos com o privado. O Estado se municia de instrumentos cada vez mais eficazes no sentido de combater e reduzir os impactos sobre o patrimônio nacional. Aqui também se avalia o reflexo sobre toda a sociedade, que é penalizada com o acesso aos benefícios sociais com custos cada vez mais elevados.

Palavra Chave: Corrupção, Sociedade, Mercado de Trabalho, Democracia.

ABSTRACT

The present work provides elements for discussing corruption through the misuse of public resources and its economic usage by individuals and the prospect of increasing control over public property. Given the expansion of the organizations whose purpose is the misuse of public resources and are always modernizing their practices, working in all areas of the public sector, this study presents a historic of corruption emphasizing how it operates, and the procedures used with the help of civil servants as well as the combination of public interests with the private sector. On the other hand, the State develops increasingly effective instruments to combat and reduce the impacts on the national patrimony. The study also evaluates the reflection of corruption on the whole society, which is punished with the ever increasing costs of the access to social benefits.

Keywords: Corruption. Society. Labour Market and Democracy



HISTÓRICO

Os atos considerados como de corrupção, normalmente, não deixam registros considerados formais. A questão vai para a mídia, mas exigem nomes, documentos, gravações, provas profundas e concretas, e tudo é muito difícil de reunir. A impunidade é um fator que está sempre presente entre aqueles que acreditam que nunca serão identificados.

É uma situação ingrata para quem tem o dever de identificar atos corruptivos. Suas origens estão nas primeiras sociedades organizadas pelos homens. Onde há recursos públicos que demandam negócios entre os indivíduos a sombra da corrupção estará sempre presente. Uma doença considerada endêmica das sociedades existente em todas as épocas. A transparência internacional apresenta em seu *site* a situação dos países mais corruptos no mundo, com uma classificação que demonstra o quanto as Nações são vítimas desse mal endêmico difícil de combater. (Classificação a seguir).

PAÍSES NO RANKING DE CLASSIFICAÇÃO POR CORRUPÇÃO		
AVALIADOS PELA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL		
CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	% DE 0 A 10
1	Finlândia	9,7
2	Nova Zelândia	9,6
3	Dinamarca, Islândia	9,5
5	Cingapura	9,3
6	Suécia	9,2
7	Suíça	9,1
8	Noruega	8,9
9	Austrália	8,8
10	Holanda	8,7
11	Reino Unido	8,6
12	Canadá	8,5
12	Áustria, Luxemburgo	8,4
15	Alemanha	8,2
16	Hong Kong	8,2
17	Bélgica, e Estados Unidos	7,5



20	Chile	7,4
22	França, Espanha	7,1
28	Uruguai	6,2
41	Costa Rica	4,9
51	El Salvador, Rep.Tcheca, Trinidad e Tobago	4,2
59	Brasil	3,9
60	Belize, Colômbia	3,8
62	Cuba, Panamá	3,7
67	Peru, Croácia, Polônia, Sri Lanka	3,5
87	Repúb. Dominicana, Irã, Romênia	2,9
97	Argélia, Líbano, Macedônia, Nicarágua, Sérvia, Montenegro	2,7
108	Argentina, Líbia, Autoridade Palestina	2,5
112	Equador	2,4
114	Honduras, Venezuela	2,3
122	Bolívia, Guatemala, Sudão	2,2
129	Iraque, Camarões, Quênia, Paquistão	2,1
140	Paraguai, Azerbaijão	1,9
144	Nigéria	1,6
145	Haiti, Bangladesh	1,5

Quadro 1 – Classificação por corrupção

Fonte: AFP Transparency International - 2010

Segundo a Transparência Internacional, o Brasil é o 59º país colocado no *ranking* de corrupção, com uma classificação de 3,9 pontos, segundo o Relatório Anual da entidade Transparência Internacional sobre corrupção entre Nações. O levantamento foi baseado na percepção de empresários, universitários e analistas. No relatório, a nota 10 corresponde ao menor grau de corrupção. Entre os sul-americanos, o Chile é o mais bem colocado, aparecendo em 20º lugar, com 7,4 pontos. A Nação com menor porcentagem de corrupção é a Finlândia, com 9,7 pontos. Haiti e Bangladesh são os últimos colocados, ambos em 145º, com 1,5 pontos.

O combate à corrupção é muito difícil de planejar e executar. A corrupção se tornou uma prática cultural. Planejar e executar uma ação



de combate à corrupção não é uma tarefa fácil, pois essa se tornou uma prática cultural. No Brasil existe uma prática histórica que tem início na representatividade política conjugada com cargos na máquina pública. A ocupação de cargos públicos por indicação política tem sido uma entrada para a prática da corrupção na administração pública, onde se passa a considerar normal o lema: "rouba, mas faz". Também há o famoso "pagar uma cervejinha", para se livrar de uma multa. Ainda continua a prática de pagar propina para ganhar uma licitação, de comprar produtos piratas, de avançar o semáforo fechado ou estacionar em vaga de deficiente porque está com pressa, entre tantos outros exemplos. Passou a ser uma prática de troca por serviços, mercadorias e equipamentos.

As feiras, onde se vendem produtos "importados" que atravessam a fronteira ilegalmente, se transformam em meio de vida para um segmento da população sem emprego e sem muita instrução. Qualquer um que tenha dinheiro para adquirir uma "barraca" também passa a vender produtos contrabandeados, ou com procedência duvidosa. É um problema cultural imposto pela consciência capitalista de consumo, que "molda" a consciência coletiva, que se impõe sobre a individual. Hoje, os governos têm despertado para esse problema, mas o combate se torna cada vez mais difícil porque o crime do "colarinho branco" atinge vários setores da sociedade.

No cenário mundial existem várias ações que visam diminuir a corrupção por meio da conscientização da sociedade. A Organização Não Governamental (ONG) Transparency International, criada em 1993, tem como missão uma mudança de rumo para um mundo livre de corrupção, fazendo uso de pesquisas e divulgando o elevado índice de corrupção no mundo. Com esse trabalho, deseja criar uma consciência sobre esse mal e diminuir a apatia e a tolerância das pessoas frente à corrupção. A transparência na divulgação dos casos de corrupção ajuda a aumentar a fiscalização e seu acompanhamento, visando a diminuir os casos de impunidade. Anualmente, a divulgação de uma lista de países, onde a



percepção sobre a corrupção forma um *ranking*. Na última pesquisa realizada, o Brasil ficou em 75ª posição, com nota de 3,7, numa escala que vai de zero, considerado altamente corrupto, a 10, considerado com baixo nível de corrupção.

Uma das mais importantes políticas contra a corrupção faz parte do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para conscientizar as empresas internacionais para a importância da adoção de práticas com valores embasados na ética e responsabilidade social. Embora tenha 10 princípios, pode ser resumido em quatro áreas (PACTO GLOBAL: ONU, 2010, p.68):

1. Defesa dos Direitos Humanos;
2. Relações de Trabalho;
3. Meio Ambiente;
4. Combate à Corrupção.

Na visão da ONU e outras entidades internacionais, não basta que as empresas não sejam corruptas, assim como as pessoas, elas devem se esforçar para que as outras empresas ou pessoas que se relacionam com ela também não sejam corruptas.

No Brasil, a ONG Transparência Brasil, fundada em abril de 2000, é uma referência para o combate à corrupção. Entre várias iniciativas, pode-se destacar o estudo de monitoramento do desempenho dos ministros do Supremo Tribunal Federal por meio da análise e comparação da velocidade com que os diferentes ministros do Tribunal resolvem processos. Outras empresas no Brasil também apresentam políticas importantes contra a corrupção. Podemos destacar o sítio "Empresa Limpa", criado a partir do conceito na campanha "Pacto Contra Corrupção", ligada ao instituto "ETHOS", também como forma de divulgar e tornar públicos notícias e casos de corrupção, com o intuito de reduzir e acabar com esse tipo de ação. Nesse sítio, são disponibilizadas muitas informações sobre corrupção, inclusive um "corruptômetro", espécie de calculadora que mostra quanto a corrupção fatura por minuto no Brasil.



Como cidadãos, devemos não só nos conscientizar dos males que a corrupção traz, mas sermos instrumentos de mudança na sociedade. Quando observamos que o político, o policial e o empresário são corruptos, muitas vezes constatamos que o voto depositado na urna foi responsável pelos atos desse representante, desviando ou fazendo tráfico de interesses. Deve ser levado em consideração que muitas vezes a formação de quadrilhas que se formam com o objetivo de assaltar o erário público se aproveita da democracia para colocar membros-chaves em postos de decisão, visando facilitar o processo de desvios de recursos. É claro que não podemos ter certeza de que, ao ocupar um cargo público, o político que não tem nenhum antecedente de corrupção possa passar a fazê-lo, desviando da máquina pública recursos ou realizando tráfico de influência para beneficiar a si e a outros. O risco, portanto, é permanente.

Ao adquirimos produtos e serviços sem nos preocupar se as empresas respeitam direitos humanos, do trabalho, meio ambiente, ou se cobram ou oferecem propina para fechar um contrato, não falamos se quem paga está colaborando para a aceitação da normalidade do ato da corrupção. Quem paga estimula a prática da corrupção e contribui para criar o vício da "propina".

Não há diferença de caráter em quem cobra propina ou "cola" numa prova, ou vende o gabarito. O fim é o mesmo, se dar bem, levar vantagem, enganar o sistema. Toda ação humana tem uma consequência, infelizmente, não percebida de imediato. Na maioria das vezes, essas ações atingem diretamente quem mais precisa ser protegido, que são aqueles que não têm acesso ao sistema de saúde, educação, trabalho, dentre outros exemplos. O sistema capitalista é pródigo em ações que usurpam e fraudam o bolso do contribuinte, seja no cartão de crédito, no cheque especial, nos empréstimos. É inegável, diariamente somos vítimas de assalto ao nosso salário quando vamos às compras.



As sociedades têm despertado para o prejuízo que a corrupção causa. Cada vez mais, por meio das empresas e organismos internacionais, tem percebido que a fome, a pobreza, a mortalidade infantil, entre outras, são quase sempre agravadas pelos efeitos diretos da corrupção. Num estudo sobre a fraude e seus efeitos nos negócios em 2008, encomendado pela Kroll à Economist Intelligence Unit, descobriu-se que 20% de uma amostra de 890 empresas haviam sofrido os efeitos de atos de corrupção e suborno nos três anos anteriores (Kroll: 2009). Quando se diz que uma empresa sofreu os efeitos de um ato de corrupção não significa que nele tenha participado de forma ativa. Ela pode ter sido prejudicada por atos de corrupção praticados por outras empresas. Prevenir a corrupção deve ser, então, assunto de interesse de todas as empresas.

A corrupção tem sido o maior obstáculo individual ao crescimento e desenvolvimento de muitos países. Embora o mundo esteja fortalecendo e modernizando os mecanismos de repressão e conscientizando e agindo de forma a combater a corrupção, muito ainda tem que ser feito. Não adianta achar que a corrupção não tem jeito e que não adianta lutar. Podemos construir um mundo melhor, onde as gerações futuras sentirão orgulho e reconhecerão o trabalho realizado pelas gerações passadas no sentido de eliminar esse mau, que tiveram iniciativas no sentido de assumir sua parcela de participação e mudar a história ao enfrentar esse monstro mítico da corrupção.

A Visão da Transparência Internacional

Em 2009, a organização Transparência Internacional - TI divulgou seu relatório sobre o nível da corrupção mundial. O Brasil aparecia na 75ª colocação, com um índice de 3,7, e o sigilo bancário é indicada como um dos principais fatores geradores desse problema endêmico. É verdade que o Brasil subiu de lá prá cá cinco posições no *ranking*, um posto modesto mesmo entre os vários países da América Latina. O Brasil empata com a



Colômbia e Peru. A organização afirma que estes países aparecem entre as principais economias da região e, apesar da necessidade de se transformar em referências na luta contra a corrupção, se viram sacudidos por escândalos de impunidade, pagamentos irregulares, corrupção política, etc. Nesta classificação publicada desde 1955, a graduação vai de zero, referente aos países mais corruptos, a dez, as nações que menos apresentam problemas de corrupção. A Nova Zelândia lidera a lista de 180 países avaliados como o menos corrupto, com um índice de 9,4, seguida da Dinamarca e Cingapura (Tabela 1).

Tabela 1 – Nível da corrupção mundial

Transparency International Score – 2009	% 0 - 10
1. Nova Zelândia	9.4
2. Dinamarca	9.3
3. Cingapura	9.2
3. Suécia	9.2
5. Suíça	9.0
6. Finlândia	8.9
6. Holanda	8.9
8. Austrália	8.7
8. Canadá	8.7
8. Islândia	8.7
11. Noruega	8.6
12. Hong Kong	8.2
12. Luxemburgo	8.2
14. Alemanha	8.0
14. Irlanda	8.0
16. Áustria	7.9
17. Japão	7.7
17. Reino Unido	7.7
19. EUA	7.5
20. Barbados	7.4
24. França	6.9
25. Chile	6.7
25. Uruguai	6.7
32. Espanha	6.1
32. Israel	6.1
61. Cuba	4.4



63. Itália	4.3
75. Brasil	3.7
75. Colômbia	3.7
79. China	3.6
84. Índia	3.4
89. México	3.3
106. Argentina	2.9
120. Bolívia	2.7
130. Honduras	2.5
139. Paquistão	2.4
162. Venezuela	1.9
168. Burundi	1.8
168. Haiti	1.8
168. Irã	1.8
176. Iraque	1.5
176. Sudão	1.5
178. Mianmar	1.4
179. Afeganistão	1.3
180. Somália	1.1

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundoconsulta> em 13.09.2010

O Afeganistão e Somália fecham a lista como os mais corruptos, na 179ª. e 180ª. colocações, respectivamente. Na América Latina, a Venezuela figura como um dos países mais corruptos do mundo, ocupando o posto 162º., enquanto que o Chile e o Uruguai são considerados alunos modelos, compartilhando o 25º posto.

Segundo o relatório da Transparência Internacional - TI, enquanto a economia mundial registra uma tentativa de recuperação e algumas nações continuam a combater problemas como conflitos e insegurança ficam claro que nenhuma região do mundo está imune aos perigos da corrupção. Ainda de acordo com organização, os países desenvolvidos devem se esforçar mais para lutar contra a corrupção em escala internacional, como, por exemplo, na área do sigilo bancário, que permite dissimular transferências de dinheiro realizando lavagem de dinheiro. Nesse sentido, a TI não poupa críticas aos países desenvolvidos. "O dinheiro produto da corrupção não deveria encontrar zonas de refúgio. É



hora de pôr fim às desculpas", enfatizou a presidente da organização, Huguette Labelle, falando em coletiva de imprensa durante apresentação do relatório. A TI, por outro lado, relativiza seu próprio índice, indicando que o problema do sigilo bancário diz respeito a "muitos países que dominam a classificação".

Os exemplos de países conhecidos por uma legislação muito protetora do sigilo bancário e, no entanto, bem localizados na lista, são muitos, como é o caso da Suíça, em quinto lugar, e Luxemburgo, em 14º. A organização destaca o trabalho da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) na área dos paraísos fiscais. No entanto, estima que "deve ser feito mais em termos de tratados bilaterais referentes às trocas de informação com o objetivo de acabar com o sistema do sigilo bancário". Quanto aos grandes planos de recuperação adotados pelos países ricos, a Transparência Internacional adverte para seus efeitos perversos. "Quando se gasta muito dinheiro público, de forma muito rápida, e as administrações que controlam os programas se vêm transbordadas, o risco de corrupção aumenta. É um grande fator de risco", acrescentou Schenck.

O papel do Estado e da Sociedade

As elites e também os representantes saídos do seio das camadas populares, quando têm oportunidade de chegar ao poder, procedem de forma igual. O tráfico de influência é uma cultura milenar. Em determinados momentos e lugares, se torna mais grave o assalto ao erário, mediante a relação pública e privada, em que a segunda não tem limites nem restrições, só aspirações.

No Brasil da redemocratização, após a ditadura (1964-1985), tem-se observado pelas denúncias feitas pela mídia, que os desvios de recursos proveniente do tráfico de influência aumentaram. Está previsto no Código Penal, como o crime de que trata o artigo 332: "Tráfico de



influência. Solicitar, exigir, cobrar ou obter para si ou para outrem vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função."

O patrocínio do interesse privado como uma prática que se instala na burocracia do Estado está diretamente ligada ao interesse comum de obtenção e usufruto de recursos que possa acelerar a mobilidade social por meios ilícitos. O *lobby* é uma prática que se desenvolveu nas democracias e tem se expandido amplamente no âmbito dos poderes do Estado. É inegável que sempre existirão servidores, políticos e empresários interessados em se beneficiar dessa relação que amplia seu patrimônio material e financeiro.

A formação de quadrilhas nos seus quadros – políticos, empresários e servidores públicos –, especializadas em tirar vantagens, se constroem lentamente sem serem percebidas de imediato, mas, com o tempo, a audácia desses grupos ultrapassa qualquer preocupação com a discricção, acreditando que jamais serão punidos, deixam rastros que facilitam sua identificação.

Quanto mais investigação houver por setores ligados ao poder judiciário, que devem estar sempre alerta, mais rápido desestruturam-se quadrilhas que se formam para assaltar o erário. Esse tipo de crime não se extingue, mas pode ser reduzido se toda a sociedade se mantiver vigilante e denunciar qualquer suspeita. A sociedade quer acabar com a corrupção. Para isso, a participação dos meios de comunicação é fundamental. Uma das variáveis que iniciam a corrupção na máquina burocrática do Estado são os financiamentos de campanha política. Ela atua de forma fulminante contra a capacidade do Estado de reagir contra as influências do privado sobre o público.

Os liberais acreditam que, se o Estado mínimo prevalecer e o mercado assumir o papel de desenvolvimento social, as influências corruptivas tenderão a minimizar, já que somente a força da livre iniciativa predominando sobre os indivíduos será capaz de gerar uma nova



cultura de realização pessoal, que somente a liberdade de mercado é capaz de permitir. Para os liberais, a desprivatização do Estado é fundamental para que projetos sociais possam se viabilizar. Adam Smith, em sua obra mais importante, "A Razão da Riqueza das Nações", não nega essa afirmação quando prioriza o mercado.

É dentro de uma visão liberal que a redução do Estado minimalista, por meio da privatização, deve seguir três processos iniciais: "A eleição dos governantes, que deve ser financiada pelo Estado (aqui, os liberais são contraditórios); a formação de uma nova massa crítica no âmbito da justiça, principalmente, de procuradores e juízes para realizar reformas que mudem as regras eleitorais; o aumento das restrições contra o poder financeiro dos empresários, que acham natural o financiamento de candidatos com cobranças posteriores, voltadas para seus interesses particulares" (BATISTA, 2010, p.60).

Essa transformação deve atacar diretamente aqueles empresários que, por não acreditarem na moralização das campanhas políticas nem na mudança ética de seus candidatos, se movimentaram em época eleitoral para renovar o tráfico de influência, que iria nortear sua política de enriquecimento ilícito pelos anos seguintes. E diante dessa realidade, sinalizam que financiaram campanhas que teriam parentes ou amigos em cargos de direção, capaz de influenciar em decisões futuras que pudessem lhes render um bom lucro; que também dispõem de forte tráfico de influência em bancos estatais que lhes garante sucesso absoluto. São todos amigos dos amigos. Então, qual o comportamento preventivo que o poder público pode tomar para evitar tais ilações na máquina pública?

O financiamento com recursos públicos das campanhas eleitorais é defendido como uma medida de reforma política urgente, mas não sabemos se o Congresso Nacional está disposto a fazê-lo. Os Poderes da República deveriam ser intransigentes com o "tráfico de influência". A postura de que o poder público deve estar imbuído da ética necessária para coibir esse comportamento é regulamentado, portanto, basta cumprir



a Lei. Não se regulamentou a prática do *lobby* para definir a fronteira entre representação dos interesses públicos e a prática de atividades criminosas, as quais germinam no legislativo, mediante negociações que desejam aprovar projetos para enriquecimento pessoal. Um exemplo recente é a tentativa de legalização dos cassinos no Brasil.

Outra questão é como fortalecer as instituições para que possamos contar com um Estado forte, voltado para investir na sociedade o que dela retira pelos impostos, pautando a conduta dos servidores da sociedade mediante o uso de regras que sejam impessoais e com critérios de desempenho. O processo de democratização deve vir mediante abertura de oportunidades, do aprofundamento e aperfeiçoamento da concorrência, como objetivo de atuação do Estado em todos os setores produtivos, mais flexibilidade fiscal, mais incentivo de crescimento da população em todos os seus setores de atividades e permitir a construção de barreiras redutoras da corrupção.

Democracia e corrupção

Longe de se diluir no tempo, a corrupção no regime democrático deixa sementes indesejadas, minando os alicerces estruturais da administração pública por longos períodos. Ainda que novos mecanismos sejam aplicados visando a coibir suas práticas, normalmente decorrentes de desvios comportamentais, hoje refletem situações passadas, das quais é uma continuação.

O sistema econômico brasileiro não foge à regra. Os intoleráveis índices de corrupção hoje verificados em todas as searas do poder são desdobramentos de práticas que remontam há séculos, principiando-se pelo processo de colonização e estendendo-se por longos períodos ditatoriais, o que tem dificultado o amadurecimento da nossa democracia tão vítima desses ciclos.



A democracia, longe de ser delineada por normas, é reflexo da evolução histórico-cultural, exigindo uma contínua maturação da consciência popular. O Brasil, nos cinco séculos que se seguiram ao seu descobrimento pelo "Velho Mundo", viveu poucas décadas com práticas democráticas. Houve uma corrupção histórico-cultural.

Como desdobramento, podemos afirmar que ainda temos um longo caminho a seguir. O combate à corrupção não é fruto de normatividades, mas de investimento também na formação da cidadania. É resultado da construção de uma consciência democrática, conjugada com a participação de todos os setores da sociedade no mundo da política e da economia, tendo por objetivo estimular a participação no mercado de consumo. A redução das tentações e práticas de corrupção fortalece as instituições, não esquecendo a fiscalização de toda a máquina pública, visando a depurar e a evitar a conivência de interesses voltados para obter facilidades em suas relações com o Estado, que visam apenas ao lucro fácil.

A participação popular, no caso brasileiro, sofreu o revés histórico de séculos. A escravidão gerou um atraso de mais de três séculos, as instituições, somente ao final do século XIX, se libertaram de influências escravocratas, mas os personagens permaneceram com suas tradições políticas e culturais em vigor, um estigma que ainda povoa o imaginário real do povo. A economia, com fundamentos na liberdade de mercado, alcança mais os setores prósperos e responsáveis pela preservação do mercado capitalista. O Estado nacional foi a imagem representativa dessa realidade. Houve uma natural corrupção social que se banalizou com a modernidade republicana imposta pela relação burguesia e Estado militarista. A República Velha (1894-1930), sob o mando das oligarquias, manteve-se próspera no ciclo da corrupção. De 1930 a 1945, vimos a acomodação do poder oligárquico construtor de um capitalismo industrial tardio gerar acumulação de capital ampliando e fortalecendo suas raízes de poder.



O povo é guindado ao bem estar social mediante a criação de uma legislação que vai determinar as relações de capital e trabalho. O ditador, o populista, é o militar dos pampas, Getúlio Dorneles Vargas. Ele se projeta no cenário político como o executou do Estado social. Um ditador convidado pela oligarquia a apaziguar uma "arenga" pelo poder em outubro de 1930. É bem visto pelos setores populares urbanos, onde o trabalho com repouso remunerado constitui um anestésico contra a corrupção da mais valia industrial.

Essa análise se faz necessária na medida em que a maior participação popular, inclusive com um sensível aumento do mercado de trabalho, pode levá-la a ter acesso aos meios de comunicação estatal, criando a equívoca conclusão de que, não obstante os ventos populistas de um Brasil trabalhista pós-Getúlio, este foi o responsável pelo apaziguamento das forças políticas que acreditavam na revolução proletária como única saída para libertar as forças produtivas do jugo capitalista.

Enquanto o Estado é inovador na construção de uma economia moderna, terminamos a década de 30 destituindo um ditador defensor das causas populares, mas que soube muito bem preparar o terreno da pátria mãe para a expansão econômica capitalista. A democracia liberal que surge na década de 40 areja as forças políticas democráticas que derrotaram o totalitarismo ítalo-alemão. Essa conjugação de forças, enquanto funciona, desvia a riqueza nacional para o bolso da nova burguesia nacional. Capitalismo sem uma burguesia decente é uma vergonha, para isso é preciso que o consumo de luxo seja o primeiro objetivo para exibir luxo como realização pessoal que a propriedade privada exige.

Em verdade, sabemos que a corrupção é inerente à natureza humana, ela se expressa de formas variadas e aumenta conforme a sociedade se torna mais complexa em seu desenvolvimento. Se há



descuidos com o social e com a normatização, condição *sine quo non* do Estado, suas mazelas contaminam todos os seguimentos sociais. Em regimes autoritários, no entanto, poucos se atreveram a retirar o véu que a encobre, mostrando-lhe a face. Os motivos, aliás, são de todos conhecidos. Assim, é preciso não confundir inexistência de corrupção com desconhecimento da corrupção.

A corrupção está associada à fragilidade dos padrões éticos de cada sociedade, os quais refletem a ética do agente público. Sendo este, normalmente, um mero "exemplar" do meio em que vive e se desenvolve, num contexto social em que a obtenção de vantagens indevidas é vista como prática comum pelos cidadãos, em geral, certamente fará com que idêntica concepção seja mantida nas relações que venha a estabelecer com o Poder Público. Um povo que preza a honestidade terá governantes honestos. Um povo que, em seu cotidiano, se vê submetido à desonestidade e passa a considerá-la normal é sinal de que o tecido social está podre, o que vai dificultar sua recuperação. Essa realidade sempre esteve presente na história das sociedades.

É importante ressaltar que qualquer regime democrático possui vertentes que propiciam, ou mesmo estimulam a prática de atos de corrupção. Não há regimes políticos perfeitos. Em que pese à pureza de seus ideais, a democracia, muitas vezes, tende a ser deturpada por agentes que pretendem se perpetuar no poder.

Já foi sinalizado anteriormente que um dos instrumentos comumente utilizados para esse fim é o ilegítimo repasse de recursos financeiros aos partidos políticos, ou àqueles que prestigiem a postura ideológica sustentada por tais agentes, o que pode se manifestar de múltiplas formas, como repasses de verbas às vésperas da eleição, realização de obras com a nítida intenção de promoção político-partidária e admissão de correligionários do partido em cargos em comissão com a ilegítima permissão de que busquem sua promoção pessoal no exercício da função, dentre outros.



A corrupção é a via mais rápida de acesso ao poder. Ela se manifesta por meio de apoio político, tanto antes quanto depois do governo instalado. Os personagens mudam a fisionomia, mas não alteram as práticas, que se tornam repetitivas pelas eleições. No entanto, trazem consigo o deletério efeito de promover crises e instabilidade política, já que as instituições não mais estarão alicerçadas em concepções ideológicas, mas, sim, nas cifras que as sustentam. A democracia se transmuda e passa a ser relativizada pelo índice de influência, ou grau de corrupção aplicado conforme a definição de satisfação que as cifras podem oferecer.

No Brasil, nos últimos 15 anos, a estabilidade da moeda formalizou-se e hoje é um valor inegociável para a sociedade brasileira. É vital que assim seja. A poucos dias do primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, não há candidato com chances reais de vitória que levante a voz contra os fundamentos atuais da economia. Fica claro que qualquer postura diferente nesse sentido seria suicídio político. A sociedade brasileira assumiu a estabilidade econômica como uma conquista, um valor que deve ser cultivado e preservado. O mesmo pode ser dito sobre a democracia? Claro que não. Vinte anos de ditadura militar minaram o pouco que tínhamos de democracia. A guerra fria entre as potências no século XX levaram de roldão o que restava de democracia e todas as correntes democráticas pagaram um preço muito alto por se engajar nessa guerra. É verdade que viver num país regido pela arbitrariedade é inconcebível para a maioria dos brasileiros. Mas até que ponto a sociedade está disposta a tolerar que certos fundamentos democráticos sejam desprezados ou subvertidos? Os episódios recentes envolvendo a quebra de sigilo no seio da Receita Federal devem provocar esse tipo de reflexão. Mais de duas décadas após a redemocratização do país, fica evidente a confusão entre os papéis do Estado, do governo e de partidos políticos. Em uma democracia estabelecida e solidificada, o uso de uma instituição do Estado para servir a interesses de governos ou de



facções partidárias é inconcebível. É preocupante que o inegável desenvolvimento econômico do país e o legítimo desejo de mais prosperidade transformem a defesa intransigente da democracia, com liberdade de iniciativa, ideias e expressão e governos que representem todos, não apenas segmentos da sociedade, em algo secundário ou que possa ser adiado. No jogo democrático, não pode haver concessões sustentadas por popularidade política. Não existe meia liberdade, ou liberdade apenas para alguns eleitos. Ao assumir a estabilidade econômica como um valor, demos passos importantes rumo ao desenvolvimento. Será preciso fazer o mesmo com a democracia, se quisermos seguir adiante, fazendo investimento profundo no social, mudando o filantropismo por reais políticas públicas. Investir no social é a forma de construirmos uma democracia sólida. Nos últimos anos, as corporações mundiais foram invadidas pela corrupção. A ganância resultou em uma tolerância aos sinais de crise emitidos nos últimos meses que antecederam a crise de 2009 pelo sistema financeiro.

De acordo com o relatório de 2009 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP: "Corrupção: Custos Econômicos e Propostas de Combate", o custo com a corrupção no Brasil representa entre 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB). O dinheiro, se fosse investido em educação, por exemplo, poderia ampliar de 34,5 milhões para 51 milhões o número de estudantes matriculados na rede pública do Ensino Fundamental, além de melhorar as condições de vida do brasileiro. "O custo extremamente elevado da corrupção no Brasil prejudica o aumento da renda per capita, o crescimento e a competitividade do país, compromete a possibilidade de oferecer à população melhores condições econômicas e de bem-estar social e às empresas melhores condições de infraestrutura e um ambiente de negócios mais estável". O preço da corrupção custa para o Brasil entre R\$41,5 e R\$69,1 bilhões por ano.



O relatório aponta também que, se o desvio de verbas no país fosse menor, a quantidade de leitos para internação nos hospitais públicos poderia subir de 367.397 para 694.409. O dinheiro desviado também poderia atender com moradias mais de 2,9 milhões de famílias e levar saneamento básico a mais de 23,3 milhões de domicílios. Para a área de infraestrutura, o relatório calcula que se não houvesse tanta corrupção, 277 novos aeroportos poderiam ser construídos no país.

A precariedade na nossa infraestrutura é um dos maiores problemas para a realização da Copa do Mundo de 2014. O estudo também revela, citando informações da organização não governamental (ONG) Transparência Internacional, que o Brasil conseguiu reduzir a corrupção, mas não foi suficiente para tirá-lo, em 2009, da 75ª colocação em um *ranking* de 180 países. O relatório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP propõe, como medidas de combate à corrupção, uma reforma política que, entre outras coisas, estabeleça regras e procedimentos transparentes para o controle do financiamento de campanhas eleitorais; uma reforma do judiciário, com medidas que reduzam a percepção da impunidade e que punam mais rapidamente os casos de corrupção; uma reforma administrativa, que reduza as nomeações para cargos de confiança, o poder de barganha no jogo político e a captação de propinas nas estatais; além de reformas fiscal e tributária, que aumentem o controle sobre os gastos públicos e evitem o pagamento de propinas.

A corrupção tem um papel preponderante nas transações internacionais. Uma evidência clara disso está na forma como a corrupção é percebida no mundo. Estudos mostram que o Índice de Percepção de Corrupção - IPC abaixo de 5,0 significa uma corrupção incontrolável, ou endêmica, apesar de ser um dado contestado por alguns especialistas. Contudo, é fácil ver que na maioria dos países com IPC abaixo de 5,0 a corrupção está instalada em áreas estratégicas, como Infraestrutura, Segurança e Serviços Públicos, com ênfase em licitações governamentais.



Em outros países a corrupção está em financiamento de campanhas e maquiagem de balancetes, sem denotar muito impacto na economia real, pelo menos por algum tempo. Em alguns países, quanto ao segundo aspecto, são casos esporádicos que acontecem próximos dos períodos eleitorais, enquanto que nos demais são a norma do dia a dia. Em casos assim os governos quase sempre não têm controle sobre os gastos feitos. E essa é a falácia da democracia no capitalismo, mas que muitos socialistas se aproveitam dessa situação já que no socialismo a democracia é um sonho distante. Tudo é feito com uma aparência de legalidade, mas não há forma de saber o quanto está sendo desviado. No máximo, instituições de controle, no caso brasileiro, como o Tribunal de Contas da União ou a Controladoria-Geral da União, vão saber de grandes desvios anos depois. A realidade é que as leis não são suficientes para impedir que a conduta das pessoas seja sempre ética. Estamos condenados a sermos eternos reféns da corrupção? Os paraísos fiscais, com seus bancos priorizando o sigilo das contas e origem dos depósitos? Um olhar para a lista publicada no sítio da Transparência Internacional demonstra que a corrupção é a norma, que a maioria dos países sofre com grandes perdas estruturais, que tanto a política como os negócios privados estão contaminados. O caos financeiro de 2008 deixa de ser um assombro e passa a ser visto como uma consequência natural do assalto ao sistema financeiro por gangues modernas e conhecedoras dos mecanismos econômicos internacionais.

O que pode irritar a sociedade e as pessoas que combatem e lutam contra a corrupção é que, mesmo com tantas evidências, os líderes mundiais parecem ignorar a principal causa geradora de injustiças e instabilidades econômicas mundiais. Aqui não falo da supremacia dos países ricos para com os países pobres, nem do protecionismo americano e europeu, das mudanças climáticas ou do terrorismo. Aqui se fala de corrupção, que não se passa isoladamente, ou despercebida, mas que hoje faz parte das negociações mundiais.



A liberdade de imprensa é fundamental para tornar público toda e qualquer suspeita, e, se houve investigação jornalística, as informações devem ser divulgadas sem nenhuma obstrução, afinal, trata-se de combater uma prática que se tornou comum nesse mundo informatizado, globalizado. Nesse negócio escuso se incluem terroristas, narcotraficantes, contrabandistas de armas, prostituição e o crime organizado de todos os matizes. O crime não descansa. Homens acima de qualquer suspeita, que nos finais de semana se esbaldam em festas, durante a semana contribuem para que habitantes de vilarejos distantes dos grandes conglomerados vivam e morram na miséria. É a rotina desse comércio da riqueza fácil.

A corrupção provoca desequilíbrio financeiro e ameaça a segurança internacional. O cenário atual tem favorecido o aumento da corrupção e o relacionamento promíscuo entre países ricos e pobres. Com o surgimento de uma nova ordem mundial, com tantos países sofrendo de corrupção endêmica, o que lhes aguarda o futuro? O Brasil se encontra numa situação considerada de *free-rider* (portas abertas) para os tentáculos da corrupção.

O governo procede corretamente quando se preocupa em executar uma política nacional contra a corrupção. As auditorias devem funcionar com poder total, conjugadas com todos os setores do judiciário. Em se tratando de programas da investidura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos não podem sofrer paralisação, mas devem estar sendo monitorados diuturnamente, para impedir que mais de 30% de tudo o que for investido seja alvo de corruptos, resultando em obras ineficientes e de péssima qualidade.

O Brasil, ao sustentar um IPC de 3,5 por dois anos seguidos, tem se esforçado para combater a corrupção por meio da mobilização dos órgãos competentes, aplicando um plano amplo no nível nacional, coordenado pelos setores da segurança pública e judicial, mas muitas vezes os tentáculos da corrupção se encontram infiltrados no próprio



esquema de combate, como um vírus com várias faces, que exige uma permanente atualização na estratégia de combate. A crise econômica mundial de 2008 poderia ter sido evitada, mas observou-se que, em alguns momentos, governos optaram por seguir a linha da corrupção, levando poucos a ganharem e muitos a perderem.

Brasil ocupa a 69ª posição em *ranking*

O relatório anual da ONG Transparência Internacional, divulgado em outubro de 2010, indicou que a percepção de corrupção no setor público do Brasil se manteve inalterada desde o ano passado, embora o país tenha subido num *ranking* sobre o tema.

A pontuação dada ao país no relatório permaneceu a mesma de 2009, 3,7, numa escala de zero a dez. Esse dado indica que os servidores públicos são percebidos pela população como pouco corruptos, e zero corresponde à percepção de corrupção disseminada.

Em 2009, o Brasil ocupava o 75º lugar entre 180 países no *Ranking* de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. Em 2010, foram relacionados apenas 178 países. O Brasil ocupa a 69ª posição, juntamente com Cuba, Montenegro e Romênia. Dinamarca, Nova Zelândia e Cingapura dividem a primeira colocação, com 9,3 pontos.

A finalidade do *ranking* da Transparência Internacional é medir a percepção de corrupção nos setores públicos dos países, partindo de avaliações oriundas de fontes como fundações, ONGs, centros de estudos e bancos de desenvolvimento. Quase três quartos dos países pontuados no índice estão com a nota abaixo de cinco, o que indica um grave problema de corrupção.

A subida do Brasil no *ranking* seria apenas um reflexo da deterioração de outros países e não deve ser interpretada como um avanço do país, explicou à Rede de televisão BBC Brasil Alejandro Salas, diretor regional para as Américas da Transparência Internacional. "A pontuação (3,7) mostra que não houve melhora ou piora no Brasil e,



assim como em outros países, reflete contradições entre modernizações e práticas antigas. Em alguns setores, temos sofisticados sistemas de compras públicas eletrônicas, que reduzem as oportunidades de corrupção, e sinais importantes como a lei da Ficha Limpa. Por outro lado, em muitos espaços de poder temos esquemas de compras de voto e nepotismo”.

Ainda que a metodologia da Transparência Internacional não permita observar se houve mudanças radicais na percepção da corrupção no mundo como um todo, é possível notar quais países avançaram e quais deram sinais de retrocesso. Salas cita o Chile, país sul-americano mais bem colocado no *ranking*, como exemplo positivo: subiu de 6,7 pontos em 2009 para 7,2. O motivo é que “no Chile há a percepção de autonomia da Justiça e de uma polícia livre de corrupção”, diz o diretor, citando também uma recente lei chilena que permite o acesso de cidadãos a informações de contas e contratações públicas.

Os Estados Unidos, por outro lado, constituem exemplo de retrocesso: perderam pontos e posições no *ranking* em mais um desdobramento da crise em seu sistema financeiro.

“Os Estados Unidos sofreram uma queda importante. É um efeito dos escândalos financeiros, como o de Bernard Madoff, que mostraram ao mundo a falta de transparência no sistema financeiro. Por outro lado, medidas positivas, como a abertura de contas públicas promovida por Barack Obama, têm efeito negativo sobre a percepção da corrupção no curto prazo, justamente por colocar a corrupção em evidência.” Outro destaque que estimulou essa medida foi o atentado de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center. O rastreamento das contas que alimentam o terrorismo internacional tem sido uma medida eficaz para o seu esgotamento, pois atinge a infraestrutura dos grupos terroristas no sistema financeiro internacional.



Tabela 2 - Destaques do *ranking*

COLOCAÇÃO	PAÍSES	NOTA
1º	Dinamarca, Nova Zelândia e Cingapura	9,3
4º	Finlândia e Suécia	9,2
17º	Barbados	7,8
21º	Chile	7,2
22º	Estados Unidos	7,1
24º	Uruguai	6,9
69º	Brasil	3,7
105º	Argentina	2,9
146º	Haiti	2,2
164º	Venezuela	2
175º	Iraque	1,5
176º	Afeganistão e Mianmar	1,4
178º	Somália	1,1

Fonte: Transparency International 01.10.2010.

Mudanças individuais

Dos 178 países avaliados no *ranking* de 2010 da Transparência Internacional, a vasta maioria – 75% --- não obteve nota superior a 5. “Os resultados mostram que são necessários esforços significativamente maiores para fortalecer a governança no mundo”, disse em comunicado Huguette Labelle, presidente da Transparência Internacional.

Salas opina que melhoras no panorama global dependem de mudanças individuais. “Em muitos países os indivíduos tendem a se ver como vítimas do sistema. Mas o indivíduo pode ser proativo e sair do ciclo da corrupção. Enquanto só esperarmos grandes mudanças por parte de governos, teremos essa pontuação baixa na maioria dos países.” A percepção de corrupção é maior em países instáveis e com um histórico de conflitos, como Iraque (apenas 1,5 ponto no *ranking*), Afeganistão (1,4), Mianmar (1,4) e Somália (1,1, última colocada).



O Haiti configura uma exceção: obteve melhora no *ranking* (de 1,8 ponto, em 2009, para 2,2, em 2010), apesar do terremoto que devastou o país em janeiro. Ainda segundo Salas: "A percepção de corrupção pode ter diminuído no Haiti porque todas as atenções globais se voltaram para o país e para o dinheiro doado (após o tremor), e essa atenção desestimula ações corruptas".

A despeito das leis e das convenções internacionais contra a Corrupção, o mundo, por muito tempo, ainda será controlado por grupos de espertalhões que ganham com a miséria mundial, sejam eles de qualquer matiz, ou seja, capitalistas ou socialistas, democráticos ou ditadores. Para eles, o que vale é um acordo entre os ganhadores de Renda (*Rent-seekers*).

A expectativa é que entidades como a Transparency International, o Banco Mundial e as Nações Unidas criem um novo paradigma de comportamento ético não somente para os bancos, mas para os governos e para toda a sociedade. É preciso estar alerta, pois no momento atual vemos surgir uma Nova Ordem Mundial, podendo criar uma nova relação, com novas regras, mas não devemos nos iludir com a corrupção que domina como sempre.

O Governo do Afeganistão classificou de "injusto" o relatório sobre corrupção da ONG Transparência Internacional (TI), que colocou o país como o segundo mais corrupto do mundo. "Não sabemos o mecanismo que usaram para realizar este estudo. Também não sabemos como situaram o Afeganistão como um dos países mais corruptos", afirmou o porta-voz presidencial, Wahid Omar, consultado pela Agência Efe.

Segundo a organização, os países que lideram o *ranking* de corrupção são aqueles que possuem Governos instáveis e, em muitos casos, um legado de conflito. Omar admitiu que "existe corrupção" em suas instituições, mas acrescentou que o Governo de Hamid Karzai tem "feito muito para freá-la", em concordância com a solicitação de seus parceiros internacionais. "Tivemos muito êxito na luta (contra a



corrupção). Fizemos grandes avanços, especialmente este ano", acrescentou.

Segundo um estudo da ONU publicado em janeiro, a corrupção movimentava US\$ 2,5 bilhões por ano no Afeganistão e é a maior preocupação de sua população, que vê policiais, juizes, advogados e políticos como os responsáveis pelo cenário.

Considerações Finais

Em épocas que antecedem eleições, ficamos sabendo, por meio da mídia investigativa, como atuam os meliantes que tomam de assalto o Estado para se locupletarem com os recursos da sociedade, tão duramente adquiridos pelo trabalho e pagamento de impostos. Torna-se uma questão de segurança nacional o grau elevado de tráfico de influência com vistas a desviar recursos da sociedade, mediante o processo de licitações de obras públicas. Com a participação de burocratas colocados em pontos-chaves da burocracia, por indicação política, podem induzir ganhos fáceis em troca de favorecimento em projetos de obras que envolvem grandes investimentos.

Combater o tráfico de influência com o intuito de subtrair recursos mediante promessas, *lobby*, é uma prática de difícil identificação, tendo em vista que grupos criminosos se articulam dentro da máquina pública, sendo um obstáculo à investigação. No entanto, é preciso criar uma legislação cada vez mais rigorosa, com punições severas, quando forem descobertos indícios e for comprovado desvio de recurso do erário.

Segundo o professor de Filosofia e Ética da Unicamp, Roberto Romano, a impressão de que a política concentra a maior parte da corrupção deve-se à maior publicidade dos candidatos na mídia e de figuras, como o premiê italiano Silvio Berlusconi, dono de diversos meios de comunicação na Itália e cujo nome aparece constantemente envolvido em polêmicas e escândalos. Sobre o combate à corrupção, 54% dos brasileiros consideram as ações do governo ineficazes. Apenas para 29%



as ações são assertivas, e 9% consideram indiferentes. Romano alerta que, no Brasil, órgãos como Ministério Público e organizações como a Transparência Brasil e até mesmo a CGU (Controladoria Geral da União) têm boas atuações no combate à corrupção.

Ele cita também o movimento Ficha Limpa, que reuniu a sociedade e órgãos públicos, como um bom exemplo de mobilização para combater a corrupção. "A corrupção é um sistema. Uma vez que deixamos o paraíso, não há sociedade que não tenha esse problema", diz Romano. O Relatório Global de Corrupção 2010 entrevistou mais de 91.000 pessoas em 86 países e territórios, entre 1º de junho e 30 de setembro de 2010.

Agenda de propostas anticorrupção da FIESP dividida em dois blocos:

1. Reformas econômicas:

Reforma fiscal:

- Aumentar o controle e acompanhamento dos gastos públicos que dão mais espaço à corrupção, como a aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos públicos em infraestrutura, inclusive com a exigência de projeto definitivo quando das licitações de tais obras;
- Tornar a execução do orçamento obrigatória e não mais facultativa, reduzindo o poder discricionário do Executivo e tornando a administração do orçamento mais transparente;
- Aumentar o uso de compras eletrônicas por parte da administração pública.

Reforma do sistema tributário:

- Tornar o sistema mais transparente e mais simples, de maneira a limitar o espaço para o pagamento de "comissões" como forma de viabilizar negócios e garantir a competitividade de certas empresas;



- Resguardar o código tributário nacional de alterações casuísticas.

Reforma microeconômica

- Fortalecimento das agências reguladoras, com a garantia de sua independência e autonomia operacional.

2. Mudanças de natureza institucional

Reforma do sistema judiciário

- Com a reforma das leis processuais, inclusive com a limitação do número possível de recursos, muitas vezes de natureza eminentemente protelatória, como forma de reduzir o tempo de tramitação dos processos no Judiciário, reduzindo a percepção de impunidade ao aumentar a probabilidade de punição;
- Adoção da súmula vinculante, cuja aprovação recente pela Câmara dos Deputados espera agora apenas sanção do presidente da República, com os mesmos propósitos.

Reforma política

- Reavaliação da questão da representatividade, com o estabelecimento do voto distrital, de maneira a aumentar o controle da sociedade sobre os seus representantes.

Reforma administrativa

- Alterar a legislação que estabelece as condições para a nomeação para cargos de confiança de forma a restringir a capacidade de nomeação nas três esferas de governo.

Esse é um dos grandes desafios das sociedades atuais em um mundo globalizado das finanças, em que a corrupção se torna cada vez



mais desafiadora, investindo maciçamente em valores tanto de natureza pública quanto privada. Os organismos internacionais, diante dos impactos causados pela investida do crime financeiro e de outras atividades, combatem ferozmente essa prática, mas tem se mostrado insuficiente diante da sofisticação desse tipo de crime. A contribuição entre as nações tem sido sempre no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de repressão.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antenor. Corrupção: Fator de Progresso? Ed. Juarez de Oliveira. São Paulo. 2010.

GOODMAN, Amy L. J. e **GOODMAN**, David. Corrupção à Americana. Ed. Bertrand Brasil. 2005.

KROLL (2009), *Kroll Global Fraud Report – Annual Edition 2008/2009*, disponível em http://www.krollamericalatina.com/library/fraud/Annual_Global_Fraud_Report_2008_2009_English.pdf.

MARQUES, Karla Padilha Rabelo. Corrupção, Dinheiro Público e Sigilo Bancário. Ed. Nuria Fabris. 2010.

SUSINI, Mame-Lavre. Elogio da Corrupção: Os Incorrúptíveis. Companhia das Letras. 2010.

ONU – Declaração do Pacto Global.. New York. 2010.